

PLANO DECENAL: fundamentos, trajetória e alcance social

Célio da Cunha*

Introdução

Para se compreender os fundamentos metodológicos básicos adotados pelo Ministério da Educação e do Desporto na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, torna-se necessário, ainda que de forma lacônica, mostrar um pouco dos percalços da trajetória histórica do ensino primário no Brasil.

A rigor, esta primeira etapa da educação básica nunca foi levada a sério, desde os primórdios de nossa educação. Os jesuítas, embora não a omitissem, deram ênfase ao ensino secundário. Apesar disso, eles conseguiram espalhar escolas de primeiras letras em regiões distantes. A expulsão dos educadores jesuítas por Pombal, em 1759, deixou um vácuo, não preenchido nas décadas subseqüentes à saída dos padres da Companhia de Jesus.

O insuspeito historiador inglês Robert Southey, testemunho dessa fase de nossa história educacional, lamentou em sua *História do Brasil* o extraordinário patrimônio perdido. De fato, a rica experiência da pedagogia jesuítica, forjada nas situações

* Diretor do Departamento de Políticas Educacionais da Secretaria de Ensino Fundamental do MEC.

mais adversas dos primeiros tempos de vida do Brasil, foi totalmente posta de lado (Southey, 1977, p.301).

A vinda da família real, em 1808, haveria de dar um grande impulso ao ensino superior e às belas-artes. Tratava-se de atender uma demanda imediata da Corte Portuguesa, temporariamente deslocada para a Colônia. Com a Proclamação da Independência, em 1822, esperava-se que o vazio deixado pelos jesuítas fosse preenchido, até com alguns ganhos. Afinal, o ideal da Revolução Francesa tinha se espalhado por todo o Ocidente. Toda a Europa se preocupava em universalizar o ensino primário, e a Alemanha, em 1810, procedeu a uma substancial reforma de sua universidade.

Na Constituinte de 1823, entretanto, o que se discutiu de forma predominante foi a criação de universidade, aspiração não concretizada, pois a Constituinte foi dissolvida. O que seriam criadas, pouco depois (1827), seriam as Academias de Direito de Olinda e São Paulo, destinadas a exercer, nas décadas seguintes, papel preponderante nas formações das elites do país.

É certo que a Constituição de 1824, outorgada, registre-se, colocou a educação primária como gratuita a todos os cidadãos.

Todavia, pouco após, a edição do Ato Adicional, em 1834, passando às assembleias provinciais a competência para promover e legislar sobre o ensino público elementar, tornou inócuo o preceito maior de nossa primeira Constituição; o que viria em seguida, destaca Valnir Chagas em sua obra *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois?*, "seria uma decorrência desse indiferente lavar as mãos".

Assim, na medida em que o Estado brasileiro tornou-se oficialmente alheio à sorte do ensino primário, o seu destino não poderia ter sido outro. Todas as tentativas de reforma posteriores, no Império ou na República, haveriam de conservá-lo à margem. Não surtiram efeito denúncias importantes que foram feitas, como as de um Gonçalves Dias, em seu relatório sobre as províncias do Norte; de Rui Barbosa, em seu conhecido parecer sobre a educação primária; ou mesmo de um Manoel Bomfim (19—, p.458) que, no começo deste século, num ensaio sobre os males de origem da América Latina, destacava a importância da educação popular, afirmando que nenhum povo progride sem instrução e que se deveria começar pelo princípio, ou seja, pelo ensino primário.

A omissão continuaria na República e atravessaria a Revolução de 30. O sonho dos Pioneiros — Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros — duraria pouco e não seria retomado em sua plenitude após o Estado Novo. A expansão que se daria nas décadas seguintes foi de vagas e não de qualidade. A elite brasileira cobrava muito mais ensino superior do que educação primária. Afinal, nem era preciso, pois a economia do país chegou a ser a 8ª do mundo, usando mão-de-obra barata e semi-analfabeta.

Com o esgotamento desse modelo em face dos crescentes requerimentos mundiais por qualidade em todas as etapas da produção, setores da elite brasileira começam a se preocupar com a educação básica, constatando os efeitos e os perigos, para o futuro do país, dessa omissão histórica, que foi fundamentalmente uma omissão das elites. Se, no passado, a denúncia havia sido feita pelos intelectuais, atualmente ela passa a ser

feita por empresários, profissionais liberais e líderes da sociedade civil, o que não deixa de ser uma promessa e um sinal de novos tempos.

Em decorrência dessa omissão; um enorme déficit se acumulou — déficit cultural, assinala-se —, o mais difícil de ser corrigido. Esta consciência é importante para se evitar soluções apressadas, como no tempo do método Lancaster.

O déficit acumulado é grande, até mesmo maior do que dizem as estatísticas da educação básica, já que números não são suficientes para expressar a amplitude de um impasse cultural.

Ele não será corrigido sem um amplo somatório de forças e de energias sociais, sem uma vontade política consistente e enraizada em todos os setores sociais, sem uma efetiva conjugação de esforços entre governo e sociedade civil.

Plano Decenal: início e trajetória

O Plano Decenal foi inspirado nos ideais da Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada por aclamação pela Conferência de Jomtien, Tailândia, em março de 1990, com a presença de delegações de 155 países, 20 organismos intergovernamentais e 150 organismos não-governamentais. Um dos pontos basilares dessa Declaração, partindo do compromisso da Declaração Universal dos Direitos Humanos de que "toda pessoa tem direito à educação", foi estruturar um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Os

pressupostos que norteiam esse plano de ação conduzem a estratégias de ampla mobilização social e de alianças e parcerias entre todas as pessoas e todas as instituições que podem ajudar. Esta estratégia, que muitos ainda chegam a confundir com o enfraquecimento do Estado, ao contrário, visa essencialmente mobilizar a comunidade e a sociedade de modo geral, para fortalecer a ação do Estado e colocar a educação em todos os poderes públicos como primeira prioridade nacional.

O que muda, e já era tempo de mudar, é a visão paternalista de um Estado provedor de tudo, como se a educação também não fosse responsabilidade da família e da sociedade.

A Declaração de Jomtien recomendou aos países participantes a elaboração de plano de ação durante a década de 90 para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. A rigor, o Plano Decenal deveria ter sido deflagrado, pelo compromisso de Jomtien, no início do governo Collor de Mello. É certo que houve a tentativa do PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), que conseguiu mobilizar diversos segmentos. Todavia, problemas de conflitos internos no âmbito do Ministério da Educação, aliados à tradição de descontinuidade de ações, impediram um desfecho favorável do PNAC. As tentativas de sua retomada pelo corpo técnico desse órgão inviabilizaram a sua de sustentação.

No início de 1993, o atual ministro da Educação e do Desporto, Murílio Hingel, ao ser convidado pelo governo chinês para tomar parte de uma Conferência Nacional para discutir os avanços daquele país em termos da política de educação para todos, constatou a importância da retomada dos ideais de

Jomtien no contexto da crise educacional brasileira, determinando, em sua volta, a imediata elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos.

Para a consecução desse objetivo, o Ministério da Educação e do Desporto criou um Grupo Executivo integrado por representantes do próprio Ministério, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), bem como o Comitê Consultivo, formado com a participação de entidades governamentais e não-governamentais. Instituiu ainda a Semana Nacional de Educação para Todos, que se realizou no período de 10 a 14 de maio de 1993, evento em que foram discutidos inúmeros aspectos e dimensões da política de educação para todos, com a presença de vários segmentos sociais, entidades patronais e de trabalhadores e especialistas em educação.

O ponto alto dessa Semana de debates foi o *Compromisso Nacional de Educação para Todos*, documento elaborado de forma colegiada e em parceria, sendo publicamente assinado pelas três instâncias de governo (MEC, CONSED e UNDIME), além de representantes de inúmeras entidades. O Compromisso foi concebido e elaborado a partir de uma agenda mínima consensual, procurando sintetizar, em última análise, aspirações amadurecidas na luta pela recuperação da educação básica no Brasil.

Tomando-se por base o Compromisso Nacional, os resultados e recomendações da Semana e a análise de vários estudos e conclusões das discussões públicas no campo da educação básica, o Grupo Executivo elaborou o Plano Decenal.

Procurou-se adotar uma metodologia que respeitasse o Pacto Federativo Brasileiro. Não teria sido possível elaborar um plano com pormenores e detalhes, como se ainda fosse possível pensar a educação nacional a partir de concepções burocráticas e centralizadoras de planejamento. Cuidou-se, desta forma, de conceber um plano leve, estabelecendo um conjunto de diretrizes, objetivos e metas globais indispensáveis e inadiáveis ao país como um todo, que pudesse ser proposto à discussão nacional, para servir de referência à ação dos estados, dos municípios e das instituições e entidades, públicas ou privadas, que têm responsabilidade na educação fundamental.

A metodologia escolhida foi importante dentro da concepção política do Plano. Considerando a educação como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, conforme os preceitos constitucionais em vigor, tornava-se necessário pensar estratégias que pudessem alavancar a educação fundamental, simultaneamente a partir do Estado e da sociedade civil, de forma a configurar um embricamento necessário e um atrito democraticamente indispensável.

Dessa forma, a primeira versão do Plano, atendendo a uma das recomendações do Comitê Consultivo, converteu-se numa proposta de governo, para circular livremente no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de educação e da sociedade civil. A sua ampla discussão teve, assim, o objetivo de, mediante uma metodologia que garantisse críticas e incorporações, torná-lo instrumento referencial da parceria entre governo e sociedade civil. Mais do que isso, torná-lo um instrumento de educação para todos e de todos pela educação (UNICEF, 1993).

A idéia de todos pela educação reveste-se de importância capital neste momento crítico da educação nacional. Não se pode mais admitir, numa política educacional, que o Estado se responsabilize por tudo, o que não significa que o poder público esteja cumprindo plenamente o seu papel. O que se busca, com o Plano Decenal, é um reajuste de ambas as partes. Da parte do poder público (União, estados e municípios), o cumprimento de suas responsabilidades constitucionais, e, da parte da sociedade civil, o exercício ativo de sua cidadania, cobrando vagas e qualidade por um lado e, por outro, ajudando a escola a desempenhar a sua função pública com o máximo de competência e exercendo saudável pressão para que o país, em suas diversas instâncias, reconheça, com fatos concretos e não mais com discursos demagógicos de campanha, a importância social do professor, profissionalizando essa atividade e resgatando um compromisso que pode responsabilizar publicamente os que não o cumprirem.

Seguindo essa metodologia, a partir de meados de 1993, o Plano Decenal foi enviado a todos os estados e municípios do país e a inúmeras entidades da sociedade civil, inclusive às universidades e instituições que oferecem cursos de licenciatura e de formação de especialistas em educação. A todas essas instâncias e entidades, o ministro da Educação e do Desporto solicitou críticas e sugestões e, aos estados e municípios, além da apreciação crítica, pediu, também, a elaboração dos seus planos decenais.

A estratégia de elaboração dos planos decenais municipais e estaduais foi de grande alcance. E nem poderia ter sido diferente, muito embora em épocas passadas já tivessem sido.

Os estados e municípios, pela Constituição de 1988, possuem responsabilidades claras na educação fundamental. Além disso, o Brasil é um país de acentuadas diferenças regionais, sociais, culturais e econômicas. Nenhum planejamento terá êxito se não considerar as singularidades e particularidades existentes pelo país afora. O equívoco da centralização presente em nossa história educacional foi a de ignorar a historicidade regional, matriz maior da identidade e do sentido existencial. O que o poder central sempre fez, através de portarias, decretos e leis, foi, ao invés de ir ao encontro de iniciativas locais, agredir inventividades e soluções nascidas no conflito e no calor de necessidades básicas dos que lutam pelo país em condições adversas, na ossatura dos problemas culturais e existenciais.

O debate do Plano nos municípios e nos estados

Ao enviar o Plano aos estados e municípios e solicitar a elaboração de planos correspondentes, o Ministério da Educação e do Desporto propôs uma metodologia específica para orientar o processo de debate e construção dos planos¹, que incluiu roteiro para discussão e estratégias de mobilização. O denominador comum dessa metodologia foi a participação da comunidade, de forma a valorizar e aperfeiçoar o processo, condição importante para a motivação e envolvimento dos atores. Assim, esse roteiro para a elaboração dos planos sugeriu três etapas:

¹ Por solicitação do MEC, a UNICEF encarregou-se de elaborar a metodologia, que contou com a participação dos professores Moacir Gadotti, José Eustáquio Romão e Antônio Carlos Gomes da Costa.

Etapa Escolar (a escola coordenando a discussão no nível do bairro), Etapa Interbairros (para municípios de médio e grande portes) e Etapa Municipal (comissão de consolidação dos planos e propostas oriundos das etapas anteriores).

A metodologia sugerida pelo MEC não teve a intenção de estabelecer um modelo rígido, mas servir de orientação inicial aos estados e municípios. É oportuno ressaltar que o MEC, ao solicitar a elaboração dos planos decenais dos estados e municípios, não condicionou a iniciativa a nenhuma contrapartida de financiamento para evitar posturas artificiais, como no passado havia acontecido com a exigência do estatuto do magistério e plano de carreira.

Os estados e, sobretudo, os municípios aceitaram o desafio e deram início a um admirável movimento de idéias e de discussões públicas para a elaboração dos planos. Os debates municipais contaram com a participação de inúmeras entidades, destacando-se entre elas a UNDIME, o UNICEF e as universidades. Nesta lista não devem ser esquecidas as delegacias regionais do MEC, que passaram a exercer um importante papel na elaboração dos planos decenais. Foram inúmeros os eventos realizados em nível do município e, em alguns casos, por grupos de municípios. A motivação e atualidade das teses debatidas configuram-se como pontos promissores para se alcançar a meta de todos os municípios terem uma agenda mínima de política educacional que possa servir de orientação básica tanto para os gastos municipais com educação quanto para os compromissos que devem ser firmados.

O Plano Decenal, na medida em que coloca como uma de suas

estratégias básicas a mobilização da sociedade civil no sentido de cobrar qualidade e participar ativamente do processo de recuperação da escola, aposta, conseqüentemente, na estratégia de firmar compromissos públicos entre as partes envolvidas. Esses compromissos, para surtirem resultados, precisam ser discutidos entre as partes. E importante estabelecer a diferença entre compromisso e promessa. Esta última está desmoralizada. O compromisso, ao contrário, pressupõe uma negociação prévia e define papéis e responsabilidades. Sua avaliação será sempre colegiada. Nesta vertente está a sua dimensão política. O compromisso, por exemplo, de melhorar o sistema escolar de um determinado município, com metas gradativas, mas com razoável grau de clareza, supõe envolvimento e um acompanhamento pela comunidade. Esta co-responsabilidade é importante, pois os resultados em educação não aparecem da noite para o dia. É preciso, então, ter a certeza de que a qualidade do processo esteja garantida. E quando se diz qualidade do processo significa que as responsabilidades, compartilhadas e negociadas em nível da gestão da escola, do município, do estado ou da União, sejam exercidas de fato e não fiquem apenas em discursos e promessas.

A estratégia de compromissos significa um exercício público de fazer prevalecer direitos e deveres entre todos e para todos. O que não se deve aceitar são cobranças que recaiam em apenas uma das partes, como, por exemplo, atribuir a má qualidade do ensino aos professores, como se estes fossem os únicos responsáveis, ou ainda criticar o Estado em situações em que a família e sociedade se omitem, como também não se pode penalizar a criança, reprovando-a, já que a causa desse fracasso, via de regra, está em outras variáveis.

O Plano Decenal nas escolas

A primeira etapa de discussão pública, do Plano atingiu os estados e os municípios. Por sugestão do MEC, e posterior negociação com o CONSED e a UNDIME, cada unidade federada passou a gerir o debate do Plano mediante uma Comissão Tripartite, integrada pelo Secretário de Educação, que a preside, o Presidente Estadual da UNDIME e o Delegado do MEC no estado. Com poucas diferenças, este mecanismo mostrou-se eficiente. Em alguns estados, esta Comissão foi ampliada e enriquecida, passando a integrá-la as universidades, sindicatos de professores e entidades da sociedade civil.

Completada esta primeira etapa da trajetória do Plano, uma nova preocupação começou a emergir nas discussões e diálogos que eram feitos amiúde no âmbito do Grupo Executivo, do Comitê Consultivo do Plano e em alguns seminários regionais. Tratava-se do futuro do Plano, de sua continuidade e sustentação política. Esta oportuna reflexão conduziu à necessidade de colocá-lo em discussão nas escolas. Afinal, não se poderia pensar em recuperar a educação pública do país sem um efetivo envolvimento da instituição escolar, instância que faz e processa a educação e onde se decide em definitivo a sorte de uma política educacional. Muitas das tentativas de reformas anteriores fracassaram porque, ao serem concebidas em formulações autoritárias e centralizadoras, esqueceram de buscar a indispensável aliança com a comunidade escolar.

Numa operação inédita, e com o apoio da FAE e da iniciativa privada do livro didático, o Ministério da Educação e do Desporto conseguiu enviar o Plano Decenal às 45.000 maiores es-

colas do país, propondo o seu debate pela comunidade escolar.

A discussão do Plano pelas escolas foi organizada de forma a configurar-se como a primeira etapa da Conferência Nacional de Educação para Todos, compromisso que o Brasil assumira na Conferência de Cúpula de Nova Delhi. Com o apoio do CONSED e da UNDIME, o debate foi programado, tendo a orientá-lo um roteiro-sugestão. Neste roteiro, elaborado coletivamente, procurou-se sugerir temas da mais alta relevância, como o problema da qualidade e da repetência, formação e profissionalização do magistério, o papel da comunidade e líderes da sociedade civil, a cidadania da escola e sua responsabilidade diante da criança e do adolescente, entre outros.

Em datas diferentes e com metodologias variadas, a discussão processou-se em todo o país, com os resultados compatibilizados em nível de cada unidade federada, para serem apresentados e discutidos na Conferência Nacional e, posteriormente, servirem de subsídios ao aperfeiçoamento do Plano Decenal.

A discussão do Plano pela comunidade escolar teve tanto o objetivo de recolher subsídios críticos e sugestões para a sua melhoria quanto deflagrar em nível de cada unidade escolar a sua proposta de ação no contexto das metas globais estabelecidas. Em outras palavras, o Plano Decenal só se transformaria em realidade na medida em que cada instituição escolar fizesse o seu projeto político-pedagógico em parceria com a comunidade.

Dentro do roteiro metodológico do Plano, o projeto pedagógico ocupa posição de destaque. Primeiramente, por permitir abastecer a concepção de conteúdo e estratégias do Plano de sub-

sídios oriundos da escola; em segundo lugar, por sua importância no processo de ampliar os compromissos da escola com a comunidade a que serve. Quanto mais a escola fortalecer a sua parceria com a comunidade, tanto maior será sua autonomia didática e administrativa, pois ao invés de, como hoje constitui regra geral, reportar-se com exclusividade às instâncias burocráticas superiores da administração do sistema educacional à qual pertence, ela começará a reportar-se ao usuário, ou seja, aos pais e mães de alunos e à comunidade que a sustenta e que dela necessita.

É certo que o processo que começa a ser deflagrado pelo Plano Decenal, para que cada escola tenha o seu projeto pedagógico, está apenas se iniciando. Entretanto, a potencialidade dessa linha de ação e o seu alcance social são ilimitados. A experiência de alguns estados, como Paraná e Minas Gerais, é bastante promissora. A comunidade escolar, ao elaborar o seu próprio projeto de desenvolvimento, amplia a sua responsabilidade social e explicita mais claramente a sua função educativa, fatores que certamente concorrerão para melhorar a qualidade do ensino oferecido.

O Plano Decenal e a sociedade civil

Ao chegar à escola, o Plano Decenal atingiu o ponto mais importante de sua trajetória. No entanto, para que a escola possa ter condições de exercício pleno de sua função educativa, torna-se imprescindível que a educação básica seja, de fato, uma prioridade nacional. Pelo retrospecto histórico feito logo no início deste artigo, constata-se que ela ainda não ocupa essa

posição. Também não ocupa quando se comparam os gastos educacionais do Brasil com os de outros países. Além disso, o que é pior, os próprios percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição nem sempre são cumpridos.

Diante desse quadro, o Plano Decenal optou por uma estratégia de qualificação da demanda, isto é, discutir o problema da educação básica no âmbito de toda a sociedade civil, mostrando e demonstrando sua urgência. É importante frisar que essa discussão não será apenas de vagas, como de modo geral aconteceu nas últimas décadas, mas de vagas qualificadas. A dimensão política do Plano Decenal requer a instauração de um processo público de cobrança de qualidade. Isto porque, em termos de cobertura, o Brasil já passa dos 90% de atendimento da faixa própria obrigatória (7-14 anos). Porém, em termos de qualidade, temos um longo caminho a percorrer.

Qualidade custa dinheiro. Assim, é importante tanto o cumprimento dos preceitos constitucionais em vigor como, também, a aplicação competente e ética dos recursos disponíveis. Não somente isso. Sendo uma das metas do Plano Decenal ampliar o percentual de gastos com educação do PIB de 3,7 para 5,5%, é importante considerar que a Constituição fixou o percentual mínimo da União (18%) e dos estados e municípios (25%) da receita resultante de impostos do orçamento para ser gasto com educação. O que precisa agora ser discutido com a sociedade é se esse percentual mínimo está sendo suficiente para assegurar ao país, como um todo, e a cada unidade federada ou município em particular, uma escola de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos. Como isto ainda está distante, torna-se necessário decidir politicamente a ampliação. O parâmetro será

sempre o de que é inadiável garantir o sucesso escolar com qualidade a toda a população que demanda educação fundamental. E isto, com certeza, conduzirá à ampliação do percentual mínimo.

A nenhuma das instâncias do poder público será lícito dizer publicamente que cumpre a Constituição, na medida em que aplica o percentual mínimo fixado, se existirem crianças sem escolas, escolas sem os padrões mínimos de serviço educativo e professores cujos salários mais servem para aviltar do que para dignificar uma das mais importantes funções públicas, que é a do magistério. Enquanto este patamar não for atingido, nenhum dos poderes públicos poderá dizer que a Constituição está sendo cumprida.

Essas questões, tradicionalmente debatidas no âmbito das escolas e das universidades, ou de entidades especializadas, precisam agora constar da agenda de discussões públicas dos segmentos líderes da sociedade.

Seguindo essa estratégia, o Ministério da Educação e do Desporto enviou o Plano Decenal a vários segmentos da sociedade civil, pedindo apreciação crítica e apoio. Entre os segmentos que receberam o Plano, destacam-se as universidades e instituições isoladas que oferecem cursos de licenciatura, os deputados federais e senadores, os legislativos estaduais e municipais, empresários e inúmeras entidades não-governamentais. De todos eles surgiram considerações e manifestações diversas que foram aproveitadas pelo Grupo Executivo no processo permanente de reformulação e ajustes.

O debate junto a esses segmentos é estratégico. São segmentos formadores de opinião que podem e devem exercer papel relevante na luta para colocar a educação básica como primeira prioridade do país. A educação jamais alcançará essa condição se o debate ficar restrito às escolas. O debate só tem saído das escolas por época de matrículas, numa visão quantitativa que não mais se justifica ante a crescente demanda por qualidade.

Inúmeros empresários responderam ao MEC, sobrepondo-se inclusive à área política. E isto é explicável. Os novos paradigmas de produção requerem, cada vez mais, educação básica de todos os cidadãos. Não se trata mais de proporcionar somente o domínio de uma habilidade motora específica. Exige-se do trabalhador moderno uma visão geral do processo produtivo que, por sua vez, requer o domínio de novas habilidades que devem ser alcançadas mediante uma educação básica de qualidade. De modo geral, a resposta dos empresários aponta a existência de um espaço com potencial que, se devidamente negociado, pode fortalecer a política educacional do país.

É oportuno esclarecer que não se trata de privatizar nem de substituir o Estado. Trata-se de encontrar, mediante um novo e aberto diálogo, alternativas de cooperação visando a fortalecer a ação dos poderes públicos. Sob esse aspecto, o depoimento de um representante de uma entidade empresarial durante uma reunião do Plano é sintomático. Afirmou ele que o empresariado precisava devolver ao setor educacional parte de seus lucros.

Nessa linha de progressiva articulação com a sociedade civil, o Ministério promoveu uma importante reunião, em novembro de 1993, com 25 entidades da sociedade civil, para uma apreciação crítica do Plano. Desse evento participaram representantes de

entidades patronais e de trabalhadores, sindicatos, organizações de defesa dos direitos civis, associações de pais e sociedades científicas. Importantes subsídios foram colhidos e incorporados ao Plano. O diálogo do MEC com esses segmentos tem sido extremamente rico. A abertura dada pelo Ministério vem sendo plenamente correspondida. A participação das entidades tem contribuído para o alargamento de horizontes das políticas educacionais em vigor. Novos espaços e potencialidades começam a ser explorados. Em decorrência dessa experiência, o MEC decidiu institucionalizar esse tipo de cooperação e parceria. O Comitê Consultivo do Plano, por exemplo, que no início do processo de elaboração do Plano era integrado por poucas entidades, ampliou-se de forma considerável para abrigar hoje mais de vinte organizações não-governamentais e governamentais. Não apenas isso. Ele passou a ser presidido pelo próprio ministro da Educação. Se esta experiência continuar a dar certo, cogita-se doravante em fazê-la evoluir para um Fórum Nacional de Educação para Todos, instância onde governo e sociedade civil fariam os ajustes políticos da política educacional.

Dentro da orientação de institucionalizar parcerias, vários colegiados foram criados em áreas mais específicas, como educação infantil, educação escolar indígena, educação de jovens e adultos e profissionalização do magistério — todos eles integrados por representantes de segmentos representativos afins². A

² Funcionam hoje no MEC-SEF-DPE os seguintes colegiados: Comitê Consultivo do Plano Decenal, Grupo Executivo do Plano Decenal, Fórum Permanente do Magistério da Educação Básica, Comitê de Educação Escolar Indígena, Comissão de Educação Infantil, Comitê Técnico de Publicações e Comissão de Educação de Jovens e Adultos.

presença da sociedade civil dentro do MEC tem-se constituído fator importante para o fortalecimento da função ministerial de coordenação e formulação de políticas de educação. Esta nova dimensão do MEC reveste-se de importância capital para o futuro da política educacional. As desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais exigem um Estado regulador para assegurar ética e equidade. Não um Ministério autoritário e centralizador, que não respeita o pacto federativo e o pluralismo de idéias garantido pela Constituição, mas um Ministério em condições de fazer prevalecer interesses sociais maiores no contexto de toda a nacionalidade. Dessa forma, a presença da sociedade civil, representativa dos segmentos líderes das diversas regiões do país, pode converter-se em mecanismo decisivo na construção de um novo MEC. Não se trata de assembleísmo, mas de uma política de alianças e parcerias. Em suma, objetiva-se um Ministério profissionalizado, caminho a ser seguido, também, pelas demais instâncias, ou seja, as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas.

Em relação às universidades, muitas responderam ao apelo do Ministério, sobretudo em relação ao seu papel no aperfeiçoamento da educação básica. A revisão crítica das licenciaturas constitui meta prioritária do Plano Decenal. Se, de um lado, é urgente e inadiável melhorar a situação do professor como profissional, de outro, não menos urgente, é cuidar de sua formação. Ninguém ignora os problemas dos cursos de licenciatura e de formação de especialistas em educação, principalmente os que se referem à distância que os separa das necessidades efetivas das escolas de educação fundamental. Enfrentar esse desafio, tanto em relação à formação inicial quanto à continuada, constitui uma tarefa que as universidades precisam desincumbir-se com a máxima urgência.

Como parte do diálogo com a sociedade civil, o Ministério tem procurado utilizar os meios de comunicação coletiva, sobretudo a Fundação Roquette Pinto e o Sistema Nacional de Rádio e Televisão (SINRED). Este recurso é importante para negociar publicamente uma agenda mínima de ações inadiáveis no campo da educação básica. A utilização de multimeios não visa a promover pessoas, mas a colocar em circulação, para facilitar o diálogo e o debate, princípios e diretrizes de política educacional e pedagógica para que, gradativamente, se possa ampliar o espaço de adesão e de participação social, macroestratégia adicional que tem força para criar um sentimento geral de mudança.

No esforço, de ampliar o campo social da educação, o Ministério decidiu enviar o Plano Decenal a todas as câmaras municipais do país. Esta instância do Legislativo exerce uma influência cotidiana nos assuntos de educação do município, não somente em relação à rede própria, mas também em relação às escolas estaduais. Como caixa de ressonância das "mínimas vibrações" dos problemas municipais, as câmaras de vereadores podem exercer uma função de ponta na implementação do Plano Decenal, tanto o do município quanto o do Estado. Congregando, via de regra, vários partidos, tem potencialidade e espaço para cobranças importantes, tendo em vista o objetivo maior que é a mobilização da comunidade municipal em prol da consecução de metas mínimas estabelecidas.

Ao enviar o Plano Decenal às câmaras municipais, o ministro Murílio Hingel propôs ao Legislativo municipal atuar como instância supervisora do Plano Decenal. A etapa seguinte desta estratégia é a discussão do Plano no âmbito das câmaras. Essa

discussão é oportuna para tornar clara e patente a prioridade que o Estado e o município devem dar à educação básica. É importante frisar que esse debate tem o objetivo de atualizar uma agenda de reivindicações da edilidade, orientando-a por critérios de necessidades sociais. Em outras palavras, a intenção é levar o Legislativo municipal a internalizar posturas novas em oposição às práticas clientelísticas tradicionais de nomear ou de afastar um professor, ou de reivindicar uma escola onde ela não é necessária.

O alcance social do Plano

A metodologia de mão dupla estabelecida na elaboração e implementação do Plano Decenal tem sido um fator positivo para a sua progressiva aceitação. Os consensos, que estão sendo obtidos no diálogo que se instaurou entre atores e parceiros, têm força para equacionar e negociar soluções em pontos considerados nevrálgicos, como carreira do magistério e produtividade da escola. Certamente que a concretização desses consensos depende da vontade política dos governantes. Este obstáculo poderá ser superado por uma permanente mobilização da sociedade civil em prol de educação básica para todos. Se a sociedade começar a cobrar qualidade com o mesmo ímpeto com que tem cobrado vagas, as chances do Plano se ampliam consideravelmente.

Sob essa direção já há sinais positivos. A divulgação dos resultados das avaliações que têm sido feitas da educação básica, em nível nacional e, até mesmo, em nível internacional, concorreu para gerar uma enorme perplexidade em setores lúci-

dos da elite e da classe média brasileira. As conseqüências da omissão histórica, que é uma omissão das elites, ficaram à vista. Por outro lado, o fortalecimento do papel da sociedade civil, mormente a partir da década de 80 com o movimento de redemocratização do país, emerge como componente de problematização desse processo. Muitas entidades sociais, que tradicionalmente tinham as suas preocupações voltadas para outros setores, começam a incluir a educação básica na pauta de suas lutas e reivindicações.

Além disso, existem tendências para uma evolução de responsabilidade da família na educação, um preceito constitucional que não vinha sendo trabalhado pelas políticas educacionais. A família, conceituada não só por laços de parentescos como também por laços de afetividade, pode desempenhar um papel de relevo nessa retomada, seja cobrando qualidade dos serviços educacionais que são ofertados, seja ajudando a escola na construção de sua dignidade pública, seja, ainda, ajudando o aluno na busca do sucesso escolar.

Por outro lado, no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de educação, o Brasil tem conhecido nos últimos anos o surgimento de experiências inovadoras que mostram de forma crescente que é possível recuperar a escola pública, até em situações adversas. Assiste-se em diversas partes do país a uma vontade enorme de acertar, por caminhos múltiplos, mas que levam a uma instituição escolar mais digna. Experiências de gestão escolar com o objetivo de não deixar nenhuma criança sem escola, experiências de melhoria da qualidade e superação da repetência, experiências de participação da comunidade no

orçamento educacional do município, e tantas outras que fazem aumentar o sonho por uma educação de qualidade.

Soma-se nesta direção o recente papel das grandes confederações de trabalhadores, como a CUT, Força Sindical e CGT, que incluíram a educação básica na agenda de reivindicações trabalhistas. A Força Sindical, por exemplo, com o apoio do UNICEF, realizou recentemente três seminários regionais para discutir a política de educação para todos com líderes sindicais de vários setores. A participação dessas entidades, na luta por uma educação básica de qualidade, sobressai como ponto adicional promissor com potencialidade para exercer relevante influência na consolidação de uma vontade política consistente.

Finalmente, fortalece a perspectiva do Plano Decenal a disposição política da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e de alguns sindicatos fortes; em debater o Plano e lutar pela concretização de suas teses centrais. A participação dos professores é fundamental. Para tanto, torna-se necessário desenhar um novo cenário de negociações, onde o MEC, o CONSED, a UNDIME e a CNTE sejam capazes de firmar compromissos norteadores por um objetivo comum que

é a recuperação da escola pública.

Em síntese, há um alcance social à vista, que depende da conjugação de vários fatores. Existem sinais positivos, e o país como um todo espera, dos diversos níveis da administração educacional, posturas novas e um novo entendimento (ético e corajoso) da responsabilidade pública no campo da educação básica.

Referências bibliográficas

- BOMFIM, M. *A América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: A Noite, [19--]. p.458
- CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus; antes, agora, e depois?* [S.l.:s.n,-19--]. p.16.
- SOUTHEY, R. *História do Brasil*.5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977. v.3 p.301
- UNICEF. *Educação para todos/todos pela educação*. [S.L], 1993.